

Relatório da Administração

CONSTRUTORA SULTEPA S/A
CNPJ 89.723.993/0001-33 – NIRE 43 3 0000235 7

COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em Recuperação Judicial

A Administração da Construtora Sultepa S.A. e controladas (“SULTEPA”), em Recuperação Judicial em observância aos preceitos legais e estatutários, submete à apreciação de V.S.s o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31.12.2016, e suas notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas a seguir estão apresentadas em milhares de reais e em base consolidada, exceto quando especificado o contrário, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS (International Financial Reporting Standards). Todas as comparações foram feitas em relação ao exercício de 2015, exceto quando especificado o contrário.

No decorrer do exercício de 2015 a Administração da Companhia encontrou na Recuperação Judicial o meio mais propício para reorganizar-se e ajustar suas operações com objetivo de honrar seus compromissos e voltar a crescer.

Em 03 de julho de 2015, conforme divulgado através do Fato Relevante, a Companhia em caráter de urgência, juntamente com as demais empresas do Grupo, ajuizou o Pedido de Recuperação, o qual foi homologado em 09 de julho de 2015, pela Comarca de Porto Alegre - Vara de Direito Empresarial Recuperação de Empresas de Falência de Porto Alegre. Em 27 de julho de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou e ratificou o Pedido de Recuperação Judicial.

Em 24 de agosto de 2015, publicou o Edital contendo a lista de credores para que os interessados apresentassem ao Administrador as habilitações ou contestações dos seus créditos. Em 21 de Setembro de 2015, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial.

Em 03 de agosto de 2016 foi publicado o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, e em 19 de agosto de 2016, foi realizada a primeira Assembleia de Credores tendo como ordem do dia a deliberação do Plano de Recuperação. Após examinada a lista de presença foi constatado que não havia quórum para instalação da assembleia geral de credores em primeira convocação, ficando a segunda Assembleia Geral convocada para o dia 30.08.2016.

Em 30 de agosto de 2016, foi aberta a segunda Assembleia Geral de Credores tendo como ordem do dia a aprovação do Plano de Recuperação apresentado, que devido a alterações foi sugerido e aprovado a suspensão da Assembleia Geral de Credores por 60 (sessenta) dias ficando marcada para o dia 07.11.2016.

Em 07 de novembro de 2016, foi aberta a nova Assembleia de Credores onde foram apresentadas as alterações do Plano de Recuperação. Após a votação foi aprovado nas Classes I, III, e IV, reprovado na Classe II.

Em 14 de novembro de 2016, o Plano de Recuperação foi homologado pela Juíza de Direito da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Porto Alegre, Estado do Rio Grande Sul.

1. PERFIL:

A SULTEPA em 2016 completou **60 ANOS**, com base no objeto social, continua apta a atuar no setor de infraestrutura, construção de obras rodoviárias, urbanas, metroviárias, de saneamento, construção civil, obras portuárias, aeroportuárias, concessões de rodovias,

Relatório da Administração

barragens e montagens industriais. Além dessas atividades engloba obras de engenharia, britagem, venda de concreto, locação de equipamentos e montagens industriais.

2. CENÁRIO EM 2016:

O ano de 2016 foi um dos anos mais difíceis para economia brasileira com a queda da atividade econômica, e redução dos investimentos em infraestrutura afetando drasticamente o planejamento da Companhia, a partir do segundo semestre o setor de infraestrutura deu sinais de melhora por parte do governo federal, com o reinício de algumas obras paralisadas.

A expectativa do **GRUPO SULTEPA** em 2016 estava voltada para aprovação do Plano de Recuperação que foi concretizado em 14 de novembro de 2016.

Ao longo do período o **GRUPO SULTEPA** procurou concentrar seus esforços no reinício das obras e priorizando os investimentos, principalmente, voltados à renovação das máquinas e equipamentos.

Atualmente, estamos cientes, que a fase mais difícil foi superada e que teremos um longo caminho pela frente, mas Administração da Companhia espera um crescimento na ordem de até 10% para de 2017 e uma melhora substancial para 2018.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO:

O ano de 2016 foi marcado por dificuldades em todos os segmentos da economia, apesar dos esforços dos empresários brasileiros, várias empresas, principalmente no setor de infraestrutura, foram obrigadas a rever seus projetos e metas.

No exercício de 2015, o **GRUPO SULTEPA** apresentou o pedido de recuperação judicial e homologado em 2016, esperando, desta forma, a readequação do passivo e capacidade de geração de caixa, com objetivo principal de superar a atual crise juntamente com o setor na qual está inserida.

No comparativo com 2015, as despesas financeiras líquidas consolidadas foram de R\$ 11milhões em 2016 contra R\$ 68milhões uma diminuição de 83,5%

As despesas gerais e administrativas consolidadas foram de R\$ 44milhões em 2016 contra R\$ 38milhões em 2015 representando um acréscimo na ordem de 15,8%.

4. MERCADO DE CAPITAIS:

No período de 01.01.2016 à 30.04.2016, as ações preferenciais da Companhia apresentaram uma valorização de 104,01% em comparação com o ano de 2015. Movimentou-se em torno de R\$ 218mil, com 456 negócios. Em 06/05/2016 em virtude do valor cotado das ações estarem abaixo de R\$ 1,00 foram suspensas as negociações.

5. SUSTENTABILIDADE:

O **GRUPO SULTEPA**, no exercício de 2016, manteve a atuação da Gestão Ambiental alinhada à alta direção da empresa, dando continuidade aos Programas de Gerenciamentos de Resíduos, Recuperação de Áreas Mineradoras e Controle da Qualidade Ambiental de obras e unidades fixas, onde estão localizadas as unidades de extração de pedras.

Destacamos ainda, que estes programas foram atualizados buscando sempre e com muitos esforços a redução do desperdício de insumos e matéria-prima e, visando, conseqüentemente, a redução da geração de resíduos e dos custos envolvidos na sua destinação.

Quanto à recuperação de áreas mineradoras e de canteiro de obras, em 2016 foram concluídas atividades de recuperação ambiental de duas unidades desativadas e mantidas às atividades de roçada e reposição de mudas, principalmente, nas áreas que continuam o processo de recuperação ambiental. Também estão sendo desenvolvidos projetos de novos empreendimentos para reutilização de áreas mineradoras.

Relatório da Administração

No tocante as atividades mineradoras, o **GRUPO SULTEPA** através da pesquisa e prospecção permite a descoberta de recursos naturais para futura exploração economicamente viável e ambientalmente sustentável, retornando para a sociedade geração de empregos, renda e impostos, além de contribuir para um melhor reconhecimento geológico do subsolo brasileiro.

Por fim, para o controle da qualidade ambiental das obras e unidades fixas, foram mantidas as rotinas, de vistorias, garantindo o atendimento das condicionantes das licenças dos empreendimentos e permitindo o levantamento de oportunidades de melhoria e correção de eventuais não conformidades.

Todas as medidas adotadas pelo **GRUPO SULTEPA** são capazes de gerar resultados rápidos e duradouros Na área de Sustentabilidade.

6. RECURSOS HUMANOS E PROJETOS SOCIAIS:

O **GRUPO SULTEPA** encerrou o exercício de 2016 com efetivo de 316 colaboradores, houve, portanto um crescimento de 11,26%. A folha de pagamento teve aumento 0,04 %, como são funcionários operacionais os salários não representam aumentos significativos.

O **GRUPO SULTEPA** manteve apenas os benefícios de alimentação, transporte e saúde.

Uma das metas para o exercício de 2017 é a conclusão da implantação do **Programa de Integridade Corporativa** – Compliance no processo de governança e de gestão.

7. PERSPECTIVAS PARA 2017:

O **GRUPO SULTEPA**, acredita que o aumento da participação privada no aporte de capitais e na gestão de obras é imprescindível para que o País reverta o quadro de atrasos na infraestrutura, fator este que reduz a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo. Um dos mais sérios problemas são os atrasos das obras, que comprometem o desenvolvimento da economia, das empresas, consomem recursos públicos.

Os investimentos em infraestrutura previstos no Programa de Parceria de Investimentos - PPI, não foram consolidados em 2016. Esperamos que 2017 sejam adotadas regras mais confiáveis para as concessões e infraestrutura.

A atual conjuntura econômica leva a Administração da Companhia a trabalhar sob as expectativas da retomada de obras de grande porte já partir do segundo semestre de 2017.

Entendemos que nenhuma crise se resolve a curto prazo, o Governo precisa recuperar o equilíbrio fiscal, implementar as reformas e suavizar a recessão, uma das maiores de nossa história. Esperamos ainda que novas medidas sejam adotadas e que haja conscientização da importância da infraestrutura, principalmente, na recuperação da economia e como uma das principais fontes geradoras de emprego do País.

O setor de saneamento continuará sendo um dos focos do **GRUPO SULTEPA**, não podemos deixar de mencionar que o País ainda sofre com a falta de água e coleta de esgoto, pelas últimas pesquisas apenas 42,67 destes são coletados e tratados, cabe principalmente aos Municípios e ao Governo Estadual acelerar tais investimentos.

O **GRUPO SULTEPA**, no decorrer de 2017, se manterá firme com objetivo ao qual se propôs, de realizar e manter os empregos dos seus funcionários e ampliar a área de atuação da Companhia.

8. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES:

Em atendimento ao Artigo 2º da Instrução nº381/03 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), informamos que no exercício de 2016, nossos auditores independentes, a **UHY Auditores Associados** não prestaram quaisquer outros serviços, que possam acarretar conflito de interesses ou perda de independência, além da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Relatório da Administração

9. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:

Em observância ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões divulgadas, no relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

10. AGRADECIMENTO:

O **GRUPO SULTEPA**, manifesta com muito orgulho, sua capacidade de superar desafios, e acredita com aprovação do Plano de Recuperação e reestruturação implantada nos exercícios anteriores, está preparada de realizar as grandes obras que nosso País tanto necessita. E aproveita para agradecer aos seus acionistas, controladores, conselheiros, clientes, fornecedores, instituições financeiras, entidades governamentais, comunidades em geral e em especial aos colaboradores pelos esforços, comprometimento, compreensão e apoio recebidos no decorrer de 2016.

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.490
Preferenciais	5.110
Total	12.600
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	993.252	919.975	836.768
1.01	Ativo Circulante	9.109	10.815	9.025
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11	11	11
1.01.03	Contas a Receber	4.943	6.851	5.980
1.01.03.01	Clientes	1.299	1.116	1.159
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.644	5.735	4.821
1.01.03.02.03	Adiantamentos	0	0	336
1.01.03.02.04	Outras Contas	3.471	5.562	4.312
1.01.03.02.05	Operações com Consórcios	173	173	173
1.01.04	Estoques	3.729	3.453	2.730
1.01.06	Tributos a Recuperar	426	500	304
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	426	500	304
1.02	Ativo Não Circulante	984.143	909.160	827.743
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	527.614	477.882	418.910
1.02.01.03	Contas a Receber	2.146	250	250
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.146	250	250
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	525.468	477.632	418.660
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	87	87	87
1.02.01.09.03	Créditos a Receber	516.874	471.476	413.178
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais e Empréstimo Compulsório	8.507	6.069	5.395
1.02.02	Investimentos	369.741	339.022	312.090
1.02.02.01	Participações Societárias	369.741	339.022	312.090
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	3.954	3.954	3.954
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	365.787	335.068	308.136
1.02.03	Imobilizado	86.788	92.256	96.743
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	86.788	92.256	96.743

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	993.252	919.975	836.768
2.01	Passivo Circulante	118.426	214.870	164.852
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.855	8.828	6.359
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.855	8.828	6.359
2.01.02	Fornecedores	368	3.001	2.422
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	368	3.001	2.422
2.01.03	Obrigações Fiscais	58.350	51.971	48.409
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	58.350	51.971	48.409
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	33.438	28.982	27.396
2.01.03.01.02	Parcelamento Lei nº 11.941/2009	24.594	22.800	20.929
2.01.03.01.04	Parcelamento Lei nº 12.996/2014	318	189	84
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.617	95.190	66.214
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.617	45.490	34.849
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.617	45.490	34.849
2.01.04.02	Debêntures	0	49.700	31.365
2.01.05	Outras Obrigações	45.236	55.880	41.448
2.01.05.02	Outros	45.236	55.880	41.448
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	99	99	99
2.01.05.02.04	Operações com Consórcios	18	18	18
2.01.05.02.05	Credores Diversos	2.838	7.097	5.025
2.01.05.02.06	Títulos a Pagar	42.281	48.666	36.306
2.02	Passivo Não Circulante	634.162	493.027	488.188
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	50.638	55.890
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	5.400
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	5.400
2.02.01.02	Debêntures	0	50.638	50.490
2.02.02	Outras Obrigações	485.240	310.688	278.387
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	116.240	100.965	80.571
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	116.240	100.965	80.571

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.02.02	Outros	369.000	209.723	197.816
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Pagar	3.057	3.106	0
2.02.02.02.04	Credores Diversos	76.581	70.264	62.092
2.02.02.02.05	Parcelamento Lei nº 11.491/2009	141.019	134.956	129.505
2.02.02.02.06	Parcelamento Lei nº 12.996/2014	1.265	1.220	1.164
2.02.02.02.07	Credores Recuperação Judicial	147.078	0	0
2.02.02.02.08	Obrigações Sociais a Pagar	0	0	61
2.02.02.02.09	Títulos a Pagar	0	177	4.994
2.02.03	Tributos Diferidos	122.902	114.798	117.951
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	122.902	114.798	117.951
2.02.04	Provisões	26.020	16.903	35.960
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.814	14.698	33.756
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	10.977	7.012	10.959
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.937	3.774	2.136
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6.900	3.912	20.661
2.02.04.02	Outras Provisões	2.206	2.205	2.204
2.02.04.02.04	Provisões para Reflorestamento de Jazidas	1.549	1.549	1.549
2.02.04.02.05	Passivo Solidário	657	656	655
2.03	Patrimônio Líquido	240.664	212.078	183.728
2.03.01	Capital Social Realizado	130.000	130.000	130.000
2.03.01.01	Capital Social	130.000	130.000	130.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	42.994	44.769	46.394
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	42.994	44.769	46.394
2.03.04	Reservas de Lucros	46.412	15.191	0
2.03.04.01	Reserva Legal	2.189	760	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	44.223	14.431	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-15.385
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	21.258	22.118	22.719
2.03.06.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	21.258	22.118	22.719

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.494	7.212	17.788
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-20.188	-21.219	-17.883
3.03	Resultado Bruto	-8.694	-14.007	-95
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	16.520	40.363	1.577
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.840	-23.813	-36.210
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	641	37.246	22.967
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	30.719	26.930	14.820
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.826	26.356	1.482
3.06	Resultado Financeiro	28.860	-4.847	-10.589
3.06.01	Receitas Financeiras	55.083	54.062	32.118
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.223	-58.909	-42.707
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	36.686	21.509	-9.107
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.100	6.841	-8.342
3.08.02	Diferido	-8.100	6.841	-8.342
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.586	28.350	-17.449
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	28.586	28.350	-17.449
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,27000	2,25000	-1,38000
3.99.01.02	PN	2,27000	2,25000	-1,38000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	28.586	28.350	-17.449
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.635	2.226	2.345
4.02.01	Realização de Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	860	601	661
4.02.02	Realização da Reserva de Realização	1.775	1.625	1.684
4.03	Resultado Abrangente do Período	31.221	30.576	-15.104

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	125.079	-18.468	-2.829
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-24.703	-52.641	-37.351
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	28.586	28.350	-17.449
6.01.01.02	Depreciação, Amortização e Exaustão	4.006	4.611	4.835
6.01.01.03	Constituição (Reversão) de Provisões	9.117	-19.057	11.938
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-30.718	-26.930	-14.820
6.01.01.05	Custo do Permanente baixado ou Vendido	1.524	219	0
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.099	-6.841	8.342
6.01.01.08	Despesa de Juros	80	25.306	17.520
6.01.01.09	Receita com Juros sobre Créditos a Receber	-45.397	-58.299	-47.717
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	149.782	34.173	34.522
6.01.02.01	(Aumento) Redução dos Créditos a Receber de Clientes	-184	44	877
6.01.02.02	(Aumento) Redução dos Estoques	-276	-723	-950
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Devedores Diversos	-2.242	-1.924	-693
6.01.02.05	Aumento (Redução) de Fornecedores	-2.632	579	-1.005
6.01.02.06	Aumento (Redução) dos Impostos, Contribuições e Obrigações Sociais a Pagar	12.469	18.272	7.981
6.01.02.08	Aumento (Redução) de Credores Diversos	149.135	10.244	20.734
6.01.02.09	(Aumento) Redução dos Demais Grupos do Ativo	74	139	415
6.01.02.10	Aumento (Redução) dos Demais Grupos do Passivo	-6.562	7.542	7.163
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-63	-343	922
6.02.02	Aquisição de Imobilizado	-63	-343	-814
6.02.03	Dividendos a Receber/Recebidos	0	0	1.736
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-125.016	18.811	1.249
6.03.03	Mútuos com Partes Relacionadas	15.274	20.393	4.663
6.03.04	Empréstimos/Financiamentos Tomados	5	294	7.521
6.03.05	Amortização de Principal e Juros de Financiamentos	-140.295	-1.876	-10.935
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	0	-658
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11	11	669
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11	11	11

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	130.000	44.769	15.191	0	22.118	212.078
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.000	44.769	15.191	0	22.118	212.078
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.586	0	28.586
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.586	0	28.586
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.775	31.221	-28.586	-860	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	31.221	-31.221	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.775	0	1.775	0	0
5.06.04	Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	860	-860	0
5.07	Saldos Finais	130.000	42.994	46.412	0	21.258	240.664

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	130.000	46.394	0	-15.385	22.719	183.728
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.000	46.394	0	-15.385	22.719	183.728
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.350	0	28.350
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.350	0	28.350
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.625	15.191	-12.965	-601	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	15.191	-15.191	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.625	0	1.625	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	601	-601	0
5.07	Saldos Finais	130.000	44.769	15.191	0	22.118	212.078

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	130.000	48.078	0	-281	23.380	201.177
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.000	48.078	0	-281	23.380	201.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.449	0	-17.449
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.449	0	-17.449
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.684	0	2.345	-661	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.684	0	1.684	0	0
5.06.04	Realização de Ajustes da Avaliação Patrimonial	0	0	0	661	-661	0
5.07	Saldos Finais	130.000	46.394	0	-15.385	22.719	183.728

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	4.413	30.564	8.932
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	12.888	8.077	19.802
7.01.02	Outras Receitas	641	37.246	22.968
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9.116	-14.759	-33.838
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.376	-15.538	-10.742
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.413	-6.562	-2.658
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.963	-8.976	-8.084
7.03	Valor Adicionado Bruto	-12.963	15.026	-1.810
7.04	Retenções	-4.005	-4.611	-4.835
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.005	-4.611	-4.835
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-16.968	10.415	-6.645
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	85.801	80.992	46.938
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	30.718	26.930	14.820
7.06.02	Receitas Financeiras	55.083	54.062	32.118
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	68.833	91.407	40.293
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	68.833	91.407	40.293
7.08.01	Pessoal	4.437	6.134	7.352
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.693	4.566	5.794
7.08.01.02	Benefícios	438	771	1.055
7.08.01.03	F.G.T.S.	306	797	503
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.148	-2.780	6.758
7.08.02.01	Federais	8.836	-2.900	6.436
7.08.02.02	Estaduais	115	16	183
7.08.02.03	Municipais	197	104	139
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.662	59.703	43.632
7.08.03.01	Juros	26.223	58.909	42.707
7.08.03.02	Aluguéis	439	794	925
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.586	28.350	-17.449
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.586	28.350	-17.449

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.275.003	1.183.121	1.075.230
1.01	Ativo Circulante	73.173	68.133	61.381
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.555	8.183	367
1.01.03	Contas a Receber	59.777	51.096	55.026
1.01.03.01	Clientes	9.191	7.129	10.158
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	50.586	43.967	44.868
1.01.03.02.02	Partes Relacionadas	343	343	343
1.01.03.02.04	Outras Contas	33.857	14.101	12.673
1.01.03.02.05	Operações com Consórcios	16.386	29.523	31.852
1.01.04	Estoques	5.433	5.313	3.413
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.408	3.541	2.575
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.408	3.541	2.575
1.02	Ativo Não Circulante	1.201.830	1.114.988	1.013.849
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.054.309	961.806	853.481
1.02.01.03	Contas a Receber	4.904	3.024	13.350
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.904	3.024	13.350
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	68.841	59.535	54.343
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	980.564	899.247	785.788
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	87	1.637	1.637
1.02.01.09.03	Créditos a Receber	961.063	876.809	768.159
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais e Empréstimo Compulsório	11.414	12.561	6.069
1.02.01.09.05	Operações com Consórcios	8.000	8.240	9.923
1.02.02	Investimentos	4.475	4.575	5.181
1.02.02.01	Participações Societárias	4.475	4.575	5.181
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	4.475	4.575	5.181
1.02.03	Imobilizado	143.046	148.607	155.187
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	143.046	148.607	155.187

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.275.003	1.183.121	1.075.230
2.01	Passivo Circulante	181.287	346.069	241.051
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.142	19.212	12.284
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	19.142	19.212	12.284
2.01.02	Fornecedores	2.150	7.807	7.760
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.150	7.807	7.760
2.01.03	Obrigações Fiscais	87.443	70.647	61.900
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	87.443	70.647	61.900
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	60.068	46.027	38.349
2.01.03.01.02	Parcelamento Lei nº 11.941/2009	25.622	23.566	22.851
2.01.03.01.03	Parcelamento Lei nº 12.996/2014	1.753	1.054	700
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.632	151.694	93.753
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	12.632	101.994	62.388
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	12.632	101.994	62.388
2.01.04.02	Debêntures	0	49.700	31.365
2.01.05	Outras Obrigações	59.920	96.709	65.354
2.01.05.02	Outros	59.920	96.709	65.354
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.528	2.528	2.528
2.01.05.02.04	Operações com Consórcios	8.260	8.036	2.736
2.01.05.02.05	Credores Diversos	6.713	20.094	18.222
2.01.05.02.06	Títulos a Pagar	42.419	66.051	41.868
2.02	Passivo Não Circulante	849.487	622.657	648.008
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	50.917	74.395
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	279	23.905
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	279	23.905
2.02.01.02	Debêntures	0	50.638	50.490
2.02.02	Outras Obrigações	519.981	286.181	286.703
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	25.686	36.297	35.437
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	25.686	36.297	35.437

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.02.02	Outros	494.295	249.884	251.266
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Pagar	6.985	5.253	3.632
2.02.02.02.04	Credores Diversos	78.302	73.001	65.462
2.02.02.02.05	Parcelamento Lei nº 11.941/2009	141.265	135.314	131.692
2.02.02.02.06	Parcelamento Lei nº 12.996/2014	15.603	14.702	12.548
2.02.02.02.07	Operações com Consórcios	16.636	21.417	24.162
2.02.02.02.08	Obrigações Sociais a Pagar	0	20	231
2.02.02.02.09	Títulos a Pagar	0	177	13.539
2.02.02.02.10	Credores Recuperação Judicial	235.504	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	263.094	241.896	228.248
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	263.094	241.896	228.248
2.02.04	Provisões	66.412	43.663	58.662
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	58.464	35.715	51.358
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	32.208	24.986	22.810
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	12.476	5.777	5.291
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	13.780	4.952	23.257
2.02.04.02	Outras Provisões	7.948	7.948	7.304
2.02.04.02.04	Provisões para Reflorestamento de Jazidas	2.916	2.916	2.916
2.02.04.02.05	Passivo Solidário	5.032	5.032	4.388
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	244.229	214.395	186.171
2.03.01	Capital Social Realizado	130.000	130.000	130.000
2.03.01.01	Capital Social	130.000	130.000	130.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	42.994	44.769	46.394
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	42.994	44.769	46.394
2.03.04	Reservas de Lucros	46.412	15.191	0
2.03.04.01	Reserva Legal	2.189	760	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	44.223	14.431	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-15.385
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	21.258	22.118	22.719

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.03.06.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	21.258	22.118	22.719
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.565	2.317	2.443

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	64.426	39.909	95.381
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-64.195	-51.696	-93.568
3.03	Resultado Bruto	231	-11.787	1.813
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-34.456	5.527	-23.004
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-44.006	-38.455	-49.324
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.650	44.590	26.942
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-100	-608	-622
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-34.225	-6.260	-21.191
3.06	Resultado Financeiro	85.195	41.686	18.739
3.06.01	Receitas Financeiras	96.354	110.317	72.015
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.159	-68.631	-53.276
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	50.970	35.426	-2.452
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.136	-7.202	-18.760
3.08.01	Corrente	0	5	-1.300
3.08.02	Diferido	-21.136	-7.207	-17.460
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	29.834	28.224	-21.212
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	29.834	28.224	-21.212
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	28.586	28.350	-17.449
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.248	-126	-3.763
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,27000	2,24000	-1,68000
3.99.01.02	PN	2,27000	2,24000	-1,68000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	29.834	28.224	-21.212
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.635	2.226	2.345
4.02.01	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	860	601	661
4.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	1.775	1.625	1.684
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	32.469	30.450	-18.867
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	31.221	30.576	-15.104
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.248	-126	-3.763

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	252.383	14.415	27.984
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.120	-44.303	-32.994
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	28.586	28.350	-17.449
6.01.01.02	Depreciação, Amortização e Exaustão	5.671	6.699	7.623
6.01.01.03	Constituição (Reversão) de Provisões	22.749	-15.001	16.359
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	100	608	622
6.01.01.05	Custo do Permanente Baixado ou Vendido	1.562	255	99
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.136	7.207	17.196
6.01.01.08	Despesa de Juros	80	36.355	26.214
6.01.01.09	Receita com Juros sobre Créditos a Receber	-84.252	-108.650	-79.895
6.01.01.11	Participação dos Acionistas não Controladores	1.248	-126	-3.763
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	255.503	58.718	60.978
6.01.02.01	(Aumento) Redução dos Créditos a Receber a Clientes	-2.062	3.029	53.758
6.01.02.02	(Aumento) Redução dos Estoques	-120	-1.900	-613
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Devedores Diversos	-4.662	2.406	-665
6.01.02.05	Aumento (Redução) de Fornecedores	-5.658	47	-3.919
6.01.02.06	Aumento (Redução) dos Impostos, Contribuições e Obrigações a Pagar	25.353	29.304	5.951
6.01.02.07	Operações com Consórcios	8.820	6.566	-16.729
6.01.02.08	Aumento (Redução) de Credores Diversos	273.786	9.411	20.192
6.01.02.09	(Aumento) Redução dos Demais Grupos do Ativo	-16.145	-966	-10.756
6.01.02.10	Aumento (Redução) dos Demais Grupos do Passivo	-23.809	10.821	13.759
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.671	-374	185
6.02.01	Aquisição de Investimento	0	0	1.207
6.02.02	Aquisição de Imobilizado	-1.671	-374	-1.022
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-256.340	-6.225	-29.052
6.03.03	Mútuos com Partes Relacionadas	-66.281	-4.332	-21.172
6.03.04	Empréstimos/Financiamentos Tomados	17	1.391	42.962
6.03.05	Amortização de Principal e Juros de Financiamentos	-190.076	-3.284	-50.842
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.628	7.816	-883

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.183	367	1.250
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.555	8.183	367

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	130.000	44.769	15.191	0	22.118	212.078	2.317	214.395
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.000	44.769	15.191	0	22.118	212.078	2.317	214.395
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.586	0	28.586	1.248	29.834
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.586	0	28.586	1.248	29.834
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.775	31.221	-28.586	-860	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	31.221	-31.221	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.775	0	1.775	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Ajustes Avaliação Patrimonial	0	0	0	860	-860	0	0	0
5.07	Saldos Finais	130.000	42.994	46.412	0	21.258	240.664	3.565	244.229

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	130.000	46.394	0	-15.385	22.719	183.728	2.443	186.171
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.000	46.394	0	-15.385	22.719	183.728	2.443	186.171
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.350	0	28.350	-126	28.224
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.350	0	28.350	-126	28.224
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.625	15.191	-12.965	-601	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	15.191	-15.191	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.625	0	1.625	0	0	0	0
5.06.04	Reslização de Ajustes Avaliação Patrimonial	0	0	0	601	-601	0	0	0
5.07	Saldos Finais	130.000	44.769	15.191	0	22.118	212.078	2.317	214.395

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	130.000	48.078	0	-281	23.380	201.177	6.211	207.388
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.000	48.078	0	-281	23.380	201.177	6.211	207.388
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.449	0	-17.449	-3.768	-21.217
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.449	0	-17.449	-3.768	-21.217
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.684	0	2.345	-661	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.684	0	1.684	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	661	-661	0	0	0
5.07	Saldos Finais	130.000	46.394	0	-15.385	22.719	183.728	2.443	186.171

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	55.720	67.298	92.038
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	68.833	44.539	103.855
7.01.02	Outras Receitas	9.650	44.590	26.942
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-22.763	-21.831	-38.759
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-60.149	-41.371	-74.031
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-18.307	-9.801	-31.875
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-41.842	-31.570	-42.156
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.429	25.927	18.007
7.04	Retenções	-5.671	-6.699	-7.623
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.671	-6.699	-7.623
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-10.100	19.228	10.384
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	96.254	109.709	71.393
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-100	-608	-622
7.06.02	Receitas Financeiras	96.354	110.317	72.015
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	86.154	128.937	81.777
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	86.154	128.937	81.777
7.08.01	Pessoal	12.327	15.074	23.135
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.861	12.156	18.620
7.08.01.02	Benefícios	1.616	1.591	3.072
7.08.01.03	F.G.T.S.	850	1.327	1.443
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	31.710	15.526	23.463
7.08.02.01	Federais	30.479	14.220	21.292
7.08.02.02	Estaduais	616	961	719
7.08.02.03	Municipais	615	345	1.452
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.283	70.113	56.391
7.08.03.01	Juros	11.156	68.631	53.276
7.08.03.02	Aluguéis	1.127	1.482	3.115
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.834	28.224	-21.212
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.586	28.350	-17.449

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.248	-126	-3.763

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações

financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015

(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Construtora Sultepa S.A. – Em Recuperação Judicial (a “Companhia”) e suas controladas têm por objeto social a indústria da construção, englobando estudos, projetos, cálculos, administração e execução de obras públicas e privadas, nacionais e internacionais, do ramo de engenharia em geral, montagens e eletromecânicas, e trabalhos conexos, montagem industrial, execução de obras públicas em geral, que possam ter seu custeio privatizado, inclusive sobre regime de concessão, autorização ou permissão, inclusive para cobrança de pedágio, na forma da lei aplicável, incorporação imobiliária compra e venda de imóveis, representação, importação e exportação de materiais correlatos ao ramo da construção civil, prestação de serviços a terceiros, inclusive com uso de explosivos, bem como a pesquisa, mineração, exploração e aproveitamento de jazidas minerais, extração, britagem e comércio de pedra britada. A Companhia poderá participar de outras sociedades, congêneres ou não, como acionista ou quotista, cabendo ao Conselho de Administração decidir a respeito.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Travessa Francisco Leonardo Truda, 40, 11º andar, Centro, Porto Alegre - RS, com suas ações negociadas na BM&F Bovespa.

Diante da atual situação econômica financeira que a Companhia e suas controladas vêm enfrentando há vários meses, a Alta Administração está tomando algumas medidas para compatibilizar os fluxos financeiros com as suas operações.

A Companhia elaborou um plano operacional que foi implantado em todo o Grupo Econômico e está monitorando de forma ampla todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Os objetivos traçados neste plano operacional, para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo ajustados de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no plano, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo: destinação de maiores recursos financeiros para obras que estão gerando maior rentabilidade; criação do fluxo de caixa projetado, com acompanhamento e monitoramento do mesmo com o efetivamente realizado; reenquadramento de custos e despesas fixas em 15% do faturamento, para adequação ao ponto de equilíbrio, com a consequente revisão e/ou redução de todas as despesas administrativas por departamento, inclusive do quadro funcional; reescalonamento da dívida financeira existente, com o alongamento dos prazos; renegociação de despesas financeiras, com renegociação de taxas, tarifas de renovação de contratos.

Neste plano operacional, estamos considerando um incremento no faturamento na ordem de 10%, considerando que o segmento de infraestrutura recebe maior parcela de investimentos tanto do Governo Federal como Estadual. Determinadas ações do plano operacional estão impactadas por ações de terceiros, as quais a Companhia não possui total domínio.

No dia 3 de Julho de 2015, a Companhia comunicou fato relevante de pedido de recuperação judicial, juntamente com as demais empresas do Grupo, nos termos do art.51 e seguintes da Lei 11.101/05, o qual foi homologado em 09 de Julho de 2015, pela Comarca de Porto Alegre/RS - Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências, sob nº 001/1.15-0114361-2 (CNJ:0163234-77.2015.8.21.0001). Em 27 de julho de 2015, a Assembléia Geral Extraordinária, aprovou e ratificou o Pedido de Recuperação Judicial.

Em 24 de agosto de 2015, foi publicado o Edital contendo a lista de credores para que os interessados apresentassem ao Administrador as habilitações ou contestações dos seus créditos e no dia 21 de setembro de 2015, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial.

Em 03 de agosto de 2016, foi publicado o Edital de Convocação da Assembléia Geral de Credores, e em 19 de agosto de 2016, foi realizada a primeira Assembléia de Credores, tendo como ordem do dia a deliberação do Plano de Recuperação. Após examinada a lista de presença, foi constatado que não havia quórum para instalação da assembleia geral de credores em primeira convocação, ficando a segunda Assembléia Geral convocada para o dia 30 de agosto de 2016.

Em 30 de Agosto de 2016, foi aberta a segunda Assembléia Geral de Credores, tendo como ordem do dia a aprovação do Plano de Recuperação apresentado, que devido a alterações, foi sugerido e aprovado a suspensão da Assembléia Geral de Credores por 60 (sessenta) dias, ficando marcada para o dia 07 de novembro de 2016.

Em 07 de Novembro de 2016, foi aberta a nova Assembléia de Credores, onde foram apresentadas as alterações do Plano de Recuperação Judicial. Após a votação, foi aprovado nas Classes I, III e IV, reprovado na Classe II.

Em 14 de Novembro de 2016, o Plano de Recuperação foi homologado pela Juíza de Direito da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia manterá, durante todo o andamento do processo, sua estrutura de relacionamento com o mercado, de forma que todas as informações e fatos pertinentes à Companhia e ao processo judicial serão divulgados, oportunamente, em atenção à respectiva legislação.

Com a homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia e sua controladas, apresentam as propostas de pagamento como segue:

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações

financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015

(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Classe I – Créditos Trabalhistas:

Os valores até R\$ 13.000,00 por trabalhador arrolados, serão pagos em dinheiro e sem deságio, com prazo de trinta dias do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano.

Os valores acima de R\$ 13.000,00 por trabalhador arrolados, serão pagos sem deságio, sendo que, até R\$ 13.000,00 em dinheiro e o saldo mediante dação em pagamento de “direitos creditórios judiciais”.

Os créditos convertidos judicialmente, serão pagos nas mesmas condições acima expostas (suspensão até a liquidação), sem deságio, com rateio de valores da venda de dois imóveis (81.781 e 81.782).

O apoiador, com contrato de trabalho vigente, será nas mesmas condições acima expostas, sem deságio com a condição especial de eventuais pagamentos trimestrais em dinheiro, dentro do prazo de doze meses, como recompra de “direitos creditórios judiciais” cedidos aos credores (com recursos oriundos de percentual da receita operacional líquida da controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda,

Classe II – Créditos com Garantia Real

Os créditos com garantia real, serão pagos em dinheiro, sem deságio, em parcelas sucessivas, com rateio entre a classe conforme seus créditos, com entrada de R\$ 817.309,85.

Após doze meses de carência:

12 parcelas de R\$ 136.218,31 cada;

24 parcelas de R\$ 204.327,46 cada;

12 parcelas de R\$ 272.436,62 cada;

06 parcelas de R\$ 340.545,77 cada

Classe III – Quirografário

Deságio de 45% sobre o crédito arrolado com dação de “direitos creditórios judiciais”.

Classe IV – ME e EPP

Deságio de 35% sobre o crédito arrolado com dação de “direitos creditórios judiciais”.

O Plano de Recuperação Judicial prevê outras opções de pagamento para os Credores Classe III e Classe IV.

Apoiador Regular

Para o Apoiador Regular que mantiver fornecimento, concedendo prazo de pagamento e preços competitivos conforme o mercado, da Classe III, concessão de trinta dias para pagamento, com deságio de 35% sobre o crédito arrolado e o pagamento será dação de “direitos creditórios judiciais”.

Para Classe IV, concessão de trinta dias para pagamento, com deságio de 30% sobre o crédito arrolado e o pagamento será dação de “direitos creditórios judiciais”.

Classe III e IV, concessão de 60 dias para pagamento, com deságio de 25% sobre o crédito arrolado e pagamento será dação de “direitos creditórios judiciais”.

Apoiador Financeiro

Para o Apoiador Financeiro, com oferta de serviços e operações financeiras dentro das condições usuais de mercado, será concedido um deságio de 35% sobre o crédito arrolado e o pagamento será dação de “direitos creditórios judiciais”.

Apoiador Essencial/Relevante

Para o Apoiador Essencial/Relevante que se enquadrar em critérios de essencialidade e relevância, conforme disposições especificadas no Plano, bem como manter fornecimento com preços competitivos conforme o mercado, deságio de 15% sobre o crédito arrolado e pagamento em dação de “direitos creditórios judiciais”.

Resumo dos Valores conforme Edital do Plano de Recuperação Judicial "versus" Contabilidade		
	Controladora	Consolidado
Valor Contabilizado	147.078	281.762
Valor Edital	184.425	405.082
Total Divergências	37.347	123.320

Os valores considerados na Recuperação Judicial, processo 001/1.15-0114361-2, foram relacionados conforme artigo 7, parágrafo segundo, da Lei nº 11.101/05. Desse modo, são passíveis de alteração conforme julgamento das divergências e habilitações de créditos, a fim de atender o artigo 18 da Lei nº 11.101/05.

Assim, as divergências mencionadas no quadro acima, decorrem basicamente de operações entre partes relacionadas, na Controladora (R\$ 37.347 mil), e no consolidado (R\$ 123.320 mil), que ainda estão sujeitas as devidas adequações de seus saldos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações

financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015

(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 BASE PARA PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de determinados bens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/NBC TGs e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas Gerais – (NBC-TG), bem como as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 CONSOLIDAÇÃO

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a.1) Controlada

Controlada é a entidade na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A controlada é totalmente consolidada.

Transações entre as empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladora e controlada são eliminados. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Controladora.

Abrangem as demonstrações financeiras da Construtora Sultepa S.A. e das suas controladas, conforme quadro abaixo:

Sociedade	Percentual de participação			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Pedrasul Construtora S/A	99,63	-	99,63	-
Sultepa Construções e Comércio Ltda	99,95	-	99,95	-
Rioest Estacionamentos S/A	-	97,44	-	97,44
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda	-	89,00	-	89,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda	-	95,00	-	95,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda (*)	-	43,42	-	43,42
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda	-	68,13	-	68,13

A consolidação das demonstrações financeiras foi procedida em consonância com as normas aplicáveis, sendo eliminadas as participações e as transações ocorridas entre as sociedades e destacada a participação dos acionistas não controladores no capital social integralizado da controlada.

(*) A Companhia possui preponderância na tomada de decisões sobre esse investimento, embora não tenha a maioria na participação

(3)

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

em relação ao patrimônio líquido da investida.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora.

2.3 CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Empresa e suas controladas e também, a moeda de apresentação.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.5 ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, bem como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros de natureza decorrente de derivativos.

2.7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e executado a faturar, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.8 ESTOQUES

Os estoques da Companhia e suas controladas são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.9 IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição e de reavaliações efetuadas, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13, considerando-se a duração da vida útil econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. A Companhia efetuou análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. A Companhia optou na adoção inicial das Normas Brasileiras de Contabilidade –Técnicas Gerais (NBC-TG), pela atribuição de custo ao ativo imobilizado relativos a imóveis, máquinas e equipamentos e veículos.

2.10 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

2.11 IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Como resultado da referida revisão, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

2.12 AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas transações que fossem consideradas relevantes.

2.13 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como passivos circulantes. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.15 PROVISÕES

Geral: provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e solidários: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável pode ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa e sua controlada nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

2.17 CAPITAL SOCIAL

As quotas do capital são classificadas no patrimônio líquido.

2.18 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e na prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas ligadas.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

2.19 ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING)

Foram registrados no imobilizado, os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, sobre os quais a Companhia fica com todos os riscos e benefícios de propriedade, classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são capitalizados no início do arrendamento como um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13.

2.20 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia e suas controladas desenvolvem suas atividades de negócios considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da Companhia e para a tomada de decisões.

2.21 NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES DE NORMAS CONTÁBEIS

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB . A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas Gerais (NBC-TG).

. IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2014.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.22 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

As Demonstrações do Valor Adicionado – DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Informações individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, seguindo as disposições contidas na NBC-TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor

(7)

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23 – EVENTO SUBSEQUENTE CONFORME NBC TG 24 (R1)

“Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.”

A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas no dia 04 de abril de 2017.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas explicativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

No decorrer do quarto trimestre de 2016, enviamos pedidos de informações de transações e saldos para todas as instituições financeiras que mantêm operações com a Companhia e suas controladas, para atender procedimentos obrigatórios de auditoria. Entretanto, até a emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram recebidas respostas aos pedidos enviados, relativos a saldos relacionados a Bancos – conta movimento e a Aplicações Financeiras na controladora e no consolidado, classificados no ativo circulante, bem como relacionados aos empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) na controladora e no consolidado, classificados no passivo circulante e não circulante referentes ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2016. Estaremos providenciando notificações as Instituições Financeiras.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	6	6	6	6
Depósitos bancários	2	3	2.533	163
Aplicações liq. Imediata/Fdo.Investimentos	3	2	16	8.014
Total	11	11	2.555	8.183

5. CLIENTES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Governo Federal	-	-	845	1.698
Governos Estaduais	998	886	5.171	3.095
Governos Municipais	599	591	639	2.813
Clientes Privados	2.133	2.070	5.396	4.951
(-) Prov.Devedores Duvidosos	(2.431)	(2.431)	(2.860)	(5.428)
Total	1.299	1.116	9.191	7.129

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Saldo no início do período	2.431	2.466	5.428	5.465
Adições/reversões	-	(35)	(2.568)	(37)
Saldo no final do período	2.431	2.431	2.860	5.428

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
A vencer	437	389	4.057	2.468
Vencidos até 30 dias	234	273	693	502
Vencidos até 60 dias	44	44	211	238
Vencidos até 90 dias	25	16	534	196
Vencidos há mais de 90 dias	2.990	2.825	6.556	9.153
Total	3.730	3.547	12.051	12.557

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

6. OUTRAS CONTAS A RECEBER/ADIANTAMENTOS

Descrição	CONTROLADORA			
	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Devedores Diversos	7	1.904	2.146	250
Adiantamentos Diversos	1.047	1.241	-	-
Outros Créditos	2.417	2.417	-	-
Total	3.471	5.562	2.146	250

A Administração da Companhia e suas controladas entende que os valores são plenamente recuperáveis no decorrer do andamento das obras.

Descrição	CONSOLIDADO			
	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Devedores Diversos	1.781	2.064	4.174	2.294
Adiantamentos Diversos	26.600	8.992	-	-
Cauções e Retenções	358	360	700	700
Aplicações a Curto Prazo	158	156	-	-
Outros Créditos	4.960	2.529	30	30
Total	33.857	14.101	4.904	3.024

7. ESTOQUES

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Matéria prima	3.448	3.137	5.043	4.857
Peças de reposição	123	142	174	205
Combustíveis e Lubrificantes	90	90	116	120
Outros	68	84	100	131
Total	3.729	3.453	5.433	5.313

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Imposto de Renda e CSLL	34	33	2.951	1.656
PAES	188	185	220	217
INSS	87	86	1.628	1.431
Outros	117	196	609	237
Total	426	500	5.408	3.541

9. CRÉDITOS A RECEBER – NÃO CIRCULANTE

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Direitos Creditorios União (a)	347.517	317.098	784.681	715.996
Precatório Sinicon (b)	85.926	77.950	85.926	77.950
Precatórios União (c)	79.999	72.996	86.744	79.151
Precatórios Prefeitura POA (d)	3.432	3.432	3.712	3.712
Total	516.874	471.476	961.063	876.809

a) Créditos a receber - processo Construtora Sultepa S.A. e suas controladas x União Federal (sucessora do DNER)

Referem-se a direitos creditórios junto ao extinto DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal - STF, a qual transitou em julgado em 13 de outubro de 2000. Tais valores estão sendo atualizados pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 6% ao ano e líquidos dos honorários advocatícios. A Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda do direito adquirido, motivo pelo qual não foi reconhecida qualquer provisão para não realização destes ativos. A seguir, apresentamos as principais informações que tramitam na Justiça:

A União Federal propôs Ação Rescisória objetivando desconstituir o direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. e suas controladas. A Ação Rescisória retromencionada foi julgada procedente pela 3ª Seção do TRF da 1ª Região. A Companhia interpôs embargos infringentes (Recurso Processual) por se tratar de Acórdão (decisão não unanime), que julgou procedente a ação rescisória. Em 26 de fevereiro de 2013, os embargos infringentes foram julgados improcedentes por 4 votos a 3 pela 3ª Seção do TRF da 1ª Região. Como o acórdão foi publicado de forma incompleta, em 10 de abril de 2013, opomos embargos de declaração, com o fim de que o acórdão fosse integralmente publicado. Nessa petição, não foi tratada questão de mérito, mas apenas questão processual (disponibilização da integralidade do acórdão). Assim, as questões relevantes serão tratadas em embargos de declaração a serem opostos após a publicação correta do acórdão. Caso a decisão dos Embargos Infringentes, após o julgamento dos Embargos de Declaração reiterar como procedente a ação rescisória, caberá recurso ao STJ e/ou ao STF. Novamente, a Administração, suportada pelo parecer dos seus

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda, sendo provável a reversão da decisão de procedência da Ação Rescisória.

Os assessores jurídicos sustentam que o julgamento de procedência da Ação Rescisória será revertido com base nos seguintes argumentos: o acórdão unânime que confirmou integralmente a sentença da qual se originou o precatório não violou o literal dispositivo de lei, não sendo cabível ação rescisória, com base no NCPC inciso V do art.485: houve a decadência da ação rescisória; a impossibilidade de rescisória para novo julgamento da causa mediante reexame de prova; a improcedência dos pedidos formulados na rescisória; o erro de fato deve ser afastado, considerando que houve pronunciamento judicial sobre o fato; e a parcela incontroversa objeto do precatório não pode ser abrangida pela Ação Rescisória, visto que a União expressamente reconheceu a quantia devida após o ajuizamento da Ação Rescisória, implicando evidente redução do pedido rescisório.

Acerca do assunto, a Administração encaminhou consulta a dois escritórios de advocacia, os quais corroboraram com os argumentos dos assessores jurídicos.

b) Precatário Sinicon x União Federal

Referem-se a Precatórios junto ao extinto DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal - STF, a qual transitou em julgado em 02 de dezembro de 1998. Tal valor está sendo atualizado pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 12% ao ano.

Posteriormente, a União Federal propôs Ação Rescisória, objetivando anulação do acórdão que ensejou a expedição do precatório relativo ao direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. A Ação Rescisória foi julgada procedente e o SINICON opôs embargos de declaração, que está pendente de julgamento. A Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda do direito constituído por ocasião da sentença que transitou em julgado a favor da Companhia, motivo pelo qual não foi reconhecida qualquer provisão para não realização destes ativos.

c) Precatórios a receber da União Federal

Referem-se à parcela remanescente dos precatórios expedidos pela União Federal, relativos à quitação parcial dos direitos creditórios oriundos do processo mencionado no item (a). Tais valores estão demonstrados pelo valor original acrescido da variação da TR e de juros de 6% ao ano. A tramitação judicial deste item está mencionado no item (a) logo acima.

Conforme descrito nas notas explicativas nº 19 e 22, os referidos precatórios foram dados para compensação de parcelas vencidas da Lei 11.941/2009 e parcelamentos simplificados junto à RFB - Receita Federal do Brasil.

d) Precatórios a receber da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Refere-se ao precatório expedido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, relativos a direitos oriundos do processo nº 10503085832 de recomposição de preços contra o Município de Porto Alegre, com trânsito em julgado em 23 de junho de 2008.

Este crédito foi oferecido em garantia de dívidas, que a Controladora possui com a União Federal. A controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. também é detentora de precatório desta Prefeitura.

Composição dos Precatórios e Direitos Creditórios oferecidos como garantia/pagamento de dívidas da Companhia e controlada Pedrasul Construtora S.A.

Os seguintes valores relativos aos créditos a receber – não circulante foram dados como garantias à dívidas existentes e utilizados como pedidos de compensação, através de liminar, para pagamento de tributos federais:

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	31/12/2016	
	Controladora	Consolidado
Direitos Creditorios União (a)	100.337	100.337
Precatório Sinicon (b)	85.926	85.926
Precatórios União (c)	61.603	65.199
Precatórios Prefeitura POA (d)	3.432	3.432
Total	251.298	254.894

- a) Garantia concedida aos debenturistas.
b) Garantia concedida a credores diversos, instituição financeira e reforço de garantia para debenturistas.
c) Parte do valor foi utilizado para pedidos de compensação de parcelas relativas ao parcelamento de tributos - Lei 11.941, parcelamentos ordinários, e como garantia concedida a credores diversos, conforme descrito nas notas explicativas 19, 21 e 22.
d) Garantia em dívidas com a União Federal.

10. IMÓVEIS DESTINADOS A VENDA

A Administração está analisando propostas de compra para as áreas de terra, sem benfeitorias denominadas de Parobé da controladora, registrados no Ativo Não Circulante com os valor de R\$ 87, o qual é menor que o valor justo menos a despesa de venda.

11. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos com partes relacionadas:

EMPRESAS	Passivo	
	Não Circulante	
	31.12.2016	31.12.2015
Pedrasul Construtora S/A	39.031	43.108
SulTEPA Constr e Com Ltda	77.209	57.857
Total	116.240	100.965

EMPRESAS	Ativo				Passivo	
	Circulante		Não Circulante		Não Circulante	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
SulTEPA Participações S.A	-	-	31.827	26.589	-	-
Portella Nunes Partic. S.A	-	-	17.759	9.297	-	-
Controle em Conjunto	-	-	19.196	23.590	25.437	36.048
Outros	343	343	59	59	249	249
Total	343	343	68.841	59.535	25.686	36.297

Os saldos das operações de mútuos são atualizados a uma taxa de 1% a.m. com vencimento final previsto até 31 de dezembro de 2018.

O valor de R\$ 46.364, foi reclassificado para o Passivo Não Circulante - Credores Quirografários Classe III e não está sendo atualizado.

As controladas Pedrasul Construtora S/A e SulTEPA Construções e Comércio Ltda, possuem créditos a receber das controladoras da Companhia SulTEPA Participações S/A e Portella Nunes Participações S/A no montante de R\$ 49.586, classificado no Ativo Não Circulante, cuja realização depende do sucesso de operações futuras.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

b) Remuneração do pessoal-chave:

A Companhia e suas controladas contabilizaram como despesa com remuneração do seu pessoal-chave, os valores abaixo demonstrados:

Descrição	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
Benefícios de Curto Prazo (honorários, salários)	288	288
Total	288	288

12. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Os investimentos nas empresas controladas e coligadas estão demonstrados a seguir:

Movimentação dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Participações em controladas/coligadas	339.022	312.090	4.575	5.181
Recebimento de lucros/dividendos	-	-	-	-
Transferência	-	2	-	2
Equivalência patrimonial	30.719	26.930	(100)	(608)
Saldo	369.741	339.022	4.475	4.575

31 de Dezembro de 2016

Descrição	Controladas		
	Pedrasul Constr. S/A	Sultepa Constr. e Com. Ltda	Sulbrape Constr Ltda
Capital social	70.500	91.000	300
Patrimônio líquido ajustado	231.383	135.327	9.413
Resultado do período	21.429	9.374	(1)
Participação %	99,63	99,95	42,00

Controladas/Coligada	31.12.2016				31.12.2015
	Pedrasul Const.S.A	Sultepa Constr e Com. Ltda	Sulbrape Ltda	Total	Total
Saldo inicial	209.178	125.890	3.954	339.022	312.090
Recebimento de dividendos	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	2
Equivalência Patrimonial	21.349	9.370	-	30.719	26.930
Saldo Final	230.527	135.260	3.954	369.741	339.022

13. IMOBILIZADO

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

CONTROLADORA

	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Outros	Total
Taxa média de depreciação	4%	11,50%	12,02%	10%	
Saldos em 31.12.2015	77.681	9.540	4.518	517	92.256
Adições	-	-	-	62	62
Baixas/transferências	(1.520)	-	-	(4)	(1.524)
Depreciações	(1.546)	(2.096)	(239)	(125)	(4.006)
Saldos em 31.12.2016	74.615	7.444	4.279	450	86.788

CONSOLIDADO

	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Outros	Total
Taxa média de depreciação	4%	11,50%	12,02%	10%	
Saldos em 31.12.2015	129.563	10.787	4.816	3.441	148.607
Adições	1.550	21	17	83	1.671
Baixas/transferências	(1.520)	25	-	(67)	(1.562)
Depreciações	(2.024)	(3.093)	(335)	(218)	(5.670)
Saldos em 31.12.2016	127.569	7.740	4.498	3.239	143.046

a) Bens Oferecidos em Garantia

Descrição	31/12/2016	
	Controladora	Consolidado
Imóveis	74.615	127.569
Máquinas e Equipamentos	7.444	7.740
Veículos	4.279	4.498
Total	86.338	139.807

b) Bens Reavaliados

As contas de imobilizado incluem R\$ 69.213 (R\$ 91.345 consolidado), líquido de depreciação e exaustão acumulada, relativa à reavaliação de bens. Tais reavaliações foram originalmente efetuadas entre 1998, 2000 e atualizadas em 2002 e 2003. Com intuito de atender o preconizado pela Deliberação CVM nº 183/95, em 31 de dezembro de 2006, foi realizada nova reavaliação no seu ativo imobilizado, com base em Laudo de Avaliação elaborado por especialistas independentes que utilizaram como método de avaliação o valor de mercado. Como facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia e suas Controladas decidiram pela manutenção dos saldos das reavaliações de ativos existentes. O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado anualmente, sendo que em 31 de dezembro de 2016, não encontrou a necessidade de constituição de provisão. A empresa realizou conferência e avaliação do imobilizado com objetivo de apurar o valor atualizado e/ou de mercado.

c) Direitos de lavra

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuem terrenos com direitos de lavra, os quais foram reavaliadas, nas datas conforme item (b) acima, considerando a expectativa futura de produção de brita existentes nesta terra, no montante de R\$ 73.561 (consolidado - R\$ 125.931). Desse saldo, existem terrenos com direitos de lavra que se encontram sem atividades, no montante de R\$ 14.746 (consolidado - R\$ 30.359).

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

14. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Encargos	CONTROLADORA	
		Passivo Circulante	
		31.12.2016	31.12.2015
Capital de Giro (a)	DI + 0,6% a 2,4% a.r TJLP + 6% a.a.	3.967	43.840
Finame (b)		1.650	1.650
Total		5.617	45.490

Descrição	Encargos	CONSOLIDADO		
		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2015
Capital de Giro (a)	DI + 0,6% a 2,4% a.r	8.798	97.166	279
Finame (b)	TJLP + 6% a.a.	3.736	4.730	-
Leasing (c)	1,36% a.m;	98	98	-
Total		12.632	101.994	279

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	CAPITAL DE GIRO	FINAME	CAPITAL DE GIRO	FINAME	LEASING
Vencidos - 31/12/2016	3.967	1.650	8.798	3.736	98
Total	3.967	1.650	8.798	3.736	98

(a) Para os empréstimos e financiamentos foram dados em garantia os direitos creditórios, nota explicativa nº 9, e aval dos diretores. Em 31 de dezembro de 2016, no passivo circulante da controladora e consolidado, o montante de R\$ 5.617 e R\$ 12.632 encontram-se vencidos e estão sendo renegociados diretamente com as instituições financeiras. Devido a recuperação judicial, a companhia optou em não atualizar estes valores em 2016. O vencimento final do pagamento dos empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado) era em outubro 2018, em conformidade com os contratos de renegociação, cujos pagamentos não foram cumpridos.

(b) Financiamento para compra de máquinas e equipamentos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens, encontram-se vencidos, na controladora e consolidado, respectivamente.

(c) Leasing para compra de máquinas, equipamentos e veículos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens, no valor de R\$ 98, encontram-se vencidos no consolidado e estão sendo renegociados diretamente com as instituições financeiras.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

15. CREDORES DIVERSOS

Controladora

Descrição	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Prestadores de Serviços	2.180	5.498	-	-
Subempreiteiros	134	520	-	-
Transportadores	448	638	-	-
Honorários a Pagar (a)	-	-	73.019	66.628
Outros	76	441	3.562	3.636
Total	2.838	7.097	76.581	70.264

Consolidado

Descrição	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Prestadores de Serviços	4.769	12.299	-	-
Subempreiteiros	370	3.457	-	-
Transportadores	551	3.504	-	-
Honorários a Pagar (a)	-	-	73.019	66.628
Outros	1.023	834	5.283	6.373
Total	6.713	20.094	78.302	73.001

- a) Refere-se à provisão dos honorários profissionais dos assessores jurídicos incidentes sobre os direitos creditórios, conforme descrito na nota explicativa nº 9.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01 e com a homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia e suas controladas, reclassificaram valores do Passivo Circulante para o Passivo não Circulante conforme demonstrado a seguir:

Credores Recuperação Judicial	Controladora	Consolidado
Classe II - Créditos c/Garantia	132.070	132.070
Classe III - Créditos Quirografários	13.842	102.130
Classe III - Credores c/Privilégios	-	138
Classe IV - Micro Empresas/EPP	1.166	1.166
Total	147.078	235.504

16. TÍTULOS A PAGAR

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora

Descrição	Passivo		
	Circulante		Não Circulante
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2015
Betunel Ind. e Com. Ltda	38.184	35.839	-
Greca Distrib. Asfaltos	2.699	2.515	-
Remar Distrib. de Asfalto Ltda	-	337	-
Com.Combustíveis Luster	-	7.535	-
Outros	1.398	2.440	177
Total	42.281	48.666	177

Consolidado

Descrição	Passivo		
	Circulante		Não Circulante
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2015
Betunel Ind. e Com. Ltda	38.184	40.315	-
Greca Distrib. Asfaltos	2.699	6.764	-
Remar Distrib. de Asfalto Ltda	-	337	-
Com.Combustíveis Luster	-	14.249	-
Outros	1.536	4.386	177
Total	42.419	66.051	177

Os títulos a pagar tratam-se das novações de dívidas com os principais fornecedores da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo mantido com a Betunel Ind. e Com. Ltda. está atualizado pela taxa do IPCA-E acrescida de juros de 12% a.a, conforme acordo firmado. Para garantia da dívida foi oferecido precatório judicial do crédito que a Construtora Sultepa S.A. detêm junto ao DNIT, conforme nota explicativa nº 9.

17. FORNECEDORES

O saldo com fornecedores, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 368 (consolidado - R\$ 2.150). Estão apresentados pelos valores originais, sem provisão de eventual multa e juros, quando da efetiva liquidação.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - resultado do exercício

O Imposto de renda e a contribuição social corrente das controladas diretas são calculados pelo lucro real, e as controladas indiretas (SCP) são tributadas pelo lucro presumido. As alíquotas utilizadas são de 15% e adicional de 10% para o lucro que ultrapassar R\$ 240, para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Os tributos diferidos da controladora e consolidado são calculados com as mesmas alíquotas dos impostos correntes, incidentes sobre as receitas ainda não recebidas de órgãos públicos. Em 31 de dezembro de 2016, foi registrado no resultado da controladora o montante de R\$ 8.100 (R\$ 21.136 consolidado) como tributos diferidos.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Lucro real			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Resultado antes dos impostos	36.686	21.509	50.970	35.426
Equivalência patrimonial	(30.719)	(26.930)	100	608
Demais adições/exclusões	17.855	25.540	11.094	(57.169)
Base de cálculo	23.822	20.119	62.164	(21.135)
Imposto de renda e contrib.social corrente	-	-	-	-
Imposto de renda e contrib.social diferido	(8.100)	6.841	(21.136)	(7.187)
Imposto de renda e contrib.social corrente - lucro presumido	-	-	-	5
Imposto de renda e contrib.social diferido - lucro presumido	-	-	-	(20)
Total	(8.100)	6.841	(21.136)	(7.202)

19. PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

a. LEI Nº 11.941/2009

De acordo com a Lei nº 11.941/2009, a Companhia e suas controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. aderiram ao parcelamento de tributos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos do Parcelamento Especial - PAES, Parcelamentos Ordinários e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente.

A Companhia e sua controlada Pedrasul Construtora S.A. utilizaram seus Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social para quitação de multas e juros, conforme preconizado na Lei. Ambas fizeram a opção de pagamento em 180 parcelas. Os saldos existentes no balanço em 31 de dezembro de 2016 estão sendo atualizados pela taxa Selic, conforme preconizado na Lei do parcelamento.

A Companhia protocolizou junto à União, pedidos de compensação das parcelas vencidas da Lei 11.941/2009, com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Todavia, os pedidos foram indeferidos. A Companhia, através de seus assessores jurídicos, ingressou com uma ação ordinária nº 5008699-63.2012.4.04.7100, com pedido de liminar para garantir o seu direito de compensação. Em 28 de fevereiro de 2012, a Companhia obteve através de Decisão Liminar o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, até que a ação rescisória que existe sobre o precatório seja julgada em definitivo. A controlada Pedrasul Construtora S.A. também ingressou com pedido junto à União, utilizando o mesmo princípio legal, para quitação de alguns tributos.

	Controladora	Consolidado
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2015	157.756	158.880
(+) Atualização e Reversões monetárias pela taxa Selic	7.857	8.007
(=) Saldo em 31 de Dezembro de 2016	165.613	166.887
Passivo Circulante	24.594	25.622
Passivo Não Circulante	141.019	141.265

Parcelas compensadas

Abaixo, demonstrativo das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal, conforme descrito na nota explicativa 9. Contabilmente, a Companhia e suas controladas não efetuaram a baixa do valor do precatório nem a baixa dos impostos compensados

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil	44.363	45.676
Parcelas compensadas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	17.240	19.523
Total compensado até 31 de dezembro de 2016	61.603	65.199

b. LEI Nº 12.996/2014

De acordo com a Lei nº 12.996/2014, a Companhia e suas controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. aderiram ao parcelamento de tributos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos de Parcelamentos Simplificados, Ordinários e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente.

A Companhia e suas controladas, utilizaram seus Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social para quitação de multas e juros, conforme preconizado na Lei. Ambas fizeram a opção de pagamento em 180 parcelas.

CONTROLADORA	CP	LP
PGFN - Demais Débitos Previdenciários	131	433
PGFN - Demais Débitos Não Previdenciários	298	832
(-) Pagamentos Efetuados	(111)	-
TOTAL	318	1.265

CONSOLIDADO	CP	LP
PGFN - Demais Débitos Previdenciários	3.829	8.816
PGFN - Demais Débitos Não Previdenciários	790	3.271
RFB - Demais Débitos Não Previdenciários	1.263	3.516
(-) Pagamentos Efetuados	(4.129)	-
TOTAL	1.753	15.603

20. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia efetua os registros dos tributos diferidos com intenção de compensar os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos tendo em vista que os mesmos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável, conforme preconizado no NBCTG 32 (R2) e deliberação CVM 599/2009.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Direito creditório/precatório	432.031	393.025	792.100	714.237
Reserva de reavaliação	41.043	43.732	65.214	67.903
Ajuste de aval. patrimonial	6.938	7.731	32.263	33.567
Saldo	480.012	444.488	889.577	815.707
(-) Comp. Prejuízo fiscal	(129.609)	(117.907)	(129.609)	(117.905)
Base de cálculo p/ IRPJ e CSLL	350.403	326.581	759.968	697.802
Alíquota Normal	34%	34%	34%	34%
IRPJ E CSLL	119.137	111.038	258.389	237.253
IRPJ E CSLL S/PRESUMIDO	-	-	-	5
PIS E COFINS	3.765	3.760	4.705	4.638
Total	122.902	114.798	2.672.607	241.896

21. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, emitidas pela Companhia, estão demonstradas a seguir:

Emissão	PASSIVO				Vencimentos	Encargos	Garantias
	Circulante		Não Circulante				
	Controladora/Consolidado 31.12.2016	Controladora/Consolidado 31.12.2015	Controladora/Consolidado 31.12.2016	Controladora/Consolidado 31.12.2015			
3ª Emissão	-	49.700	-	50.638	15.12.2022	IPCA+10%AA	Hipoteca de Imóveis e penhor de direitos creditórios junto à União Federal
Total	-	49.700	-	50.638			

Em 02 de Outubro de 2013, na Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão, a Companhia apresentou proposta de repactuação compatível com fluxo de caixa atual. Os debenturistas não concordaram e autorizaram ao Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias para recuperação do crédito da comunhão de debenturistas.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, os valores de debêntures, não estão sendo atualizados desde julho de 2015 e foram reclassificados para o Passivo Não Circulante – Credores Diversos-Recuperação Judicial e o pagamento, se dará, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01.

22. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora			
	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Imposto Corrente	21.072	17.639	-	-
IRRF	3.126	2.469	-	-
PIS/COFINS	4.857	4.372	-	-
INSS/FGTS	11.539	9.332	-	-
OUTROS	1.550	1.466	-	-
Parcelado	12.366	11.343	3.057	3.106
IRRF	731	667	-	-
PIS/COFINS	2.252	2.052	-	-
IRPJ/CSLL	11	10	-	-
INSS/FGTS	8.638	7.930	3.057	3.106
OUTROS	734	684	-	-
TOTAL	33.438	28.982	3.057	3.106

Descrição	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Imposto Corrente	39.847	29.134	-	-
IRPJ/CSLL	731	722	-	-
IRRF	5.256	3.836	-	-
PIS/COFINS	7.058	5.717	-	-
INSS/FGTS	23.356	14.813	-	-
OUTROS	3.446	4.046	-	-
Parcelado	20.221	16.893	6.985	5.253
IRPJ/CSLL	11	59	-	-
IRRF	2.020	1.025	-	-
PIS/COFINS	2.252	2.863	-	-
INSS/FGTS	13.147	12.256	5.129	5.253
OUTROS	2.791	690	1.856	-
TOTAL	60.068	46.027	6.985	5.253

a) Em agosto de 2012, a Companhia ingressou com Ação Ordinária nº 5047002.49.2012.404.7100/RS, pedindo a compensação das parcelas oriundas dos parcelamentos simplificados junto à RFB com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Em 10 de setembro de 2012, através de Decisão Judicial, a Companhia obteve o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, através da Sentença Judicial do referido processo. A compensação se dará de forma definitiva, quando ficar resolvido a ação rescisória que incide sobre o precatório, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

b) Parcelas compensadas

Abaixo demonstrativo das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal descritos na nota explicativa nº 9.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil	118
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil - Previdenciária	491
Total compensado até 31 de dezembro de 2016	609

O saldo devedor dos tributos parcelados será amortizado até abril de 2018, acrescido da taxa Selic.

23. PROVISÕES

Foi constituída considerando a opinião dos consultores jurídicos da Companhia, cujo montante é julgado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis.

Resumo da movimentação dos montantes provisionados

CONTROLADORA	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Passivo Solidário	Reflorestamento	TOTAL
(=)Saldos em 31.12.2015	3.912	3.774	7.012	656	1.549	16.903
(+) Novos processos/complementos e atualizações	7.216	9.856	12.066	1	-	29.139
(-) Reversões e pagamentos	(4.228)	(7.693)	(8.101)	-	-	(20.022)
(=)Saldos em 31.12.2016	6.900	5.937	10.977	657	1.549	26.020

CONSOLIDADO	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Passivo Solidário	Reflorestamento	TOTAL
(=)Saldos em 31.12.2015	4.952	5.666	25.097	5.032	2.916	43.663
(+) Novos processos/complementos e atualizações	14.096	16.680	18.417	-	-	49.193
(-) Reversões e pagamentos	(5.268)	(9.981)	(11.195)	-	-	(26.444)
(=)Saldos em 31.12.2016	13.780	12.365	32.319	5.032	2.916	66.412

Características dos montantes:

Processos cíveis – referem-se principalmente a danos morais e acidentes pleiteados por terceiros e a dívida que a Companhia é responsável solidária junto a terceiros.

Processos trabalhistas - relativos basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial.

Processos tributários – referem-se a questões de tributos municipais e tributos federais.

Passivo solidário – refere-se à parte do risco da obrigação para a qual a Companhia é responsável solidária junto aos credores da Contesa Incorporações Imobiliárias Ltda, CP Construções e Participações Ltda., Coparco Participações e Construções Ltda. e Noroeste Bioenergética S.A.

Provisão para Reflorestamento de Jazida – Foi constituída no valor de R\$ 1.549 na controladora e R\$ 2.916 no consolidado considerando a estimativa de gastos para restauração do local.

Provisões perda Possível – A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso superior aos valores registrados na provisão.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016, os processos cíveis, trabalhistas e tributários, considerados possíveis pela assessoria jurídica somam o montante de R\$ 331.819 (consolidado R\$ 455.607). Os valores das provisões para contingências existentes em 31 de dezembro de 2016, foram revistos e ajustados no decorrer do quarto trimestre de 2016 com base nas informações de nossa assessoria jurídica.

24. OPERAÇÕES COM CONSÓRCIOS

Visando aumentar a capacidade operacional e produtiva, em determinadas obras a Companhia e suas controladas participam em alguns empreendimentos através de consórcios, os quais relacionamos a seguir:

Consórcio Conesul: a Companhia participa com 42% no empreendimento, que tem como objetivo a execução das edificações dos Centros de Apoio a Criança – CIAC'S. Atualmente este consórcio está paralisado.

Consórcio Construtor do Sul: a Companhia participa com 24,50% e sua controlada Pedrasul Construtora S/A com 2,03%. Este consórcio encontra-se paralisado.

Consórcios PSP, SPP e SPP1: a Controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 33,34% nas obras de capeamento asfáltico sobre pedra e pavimentação de novas vias urbanas no município de Pelotas/RS, sendo que os contratos PSP e SPP estão sendo encerrados.

Consórcio Corredor Padre Cacique: a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 50% na execução das obras de infraestrutura e pavimentação do corredor da Av. Padre Cacique na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio Sultepa/Pedrasul: a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 5% e a Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 95%, na execução das obras do Projeto Crema, restauração e melhorias na BR 287 e BR 116.

Consórcio Sultepa/Convap: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 50%, na execução das obras de Construção da Barragem de São Gabriel/RS.

Consórcio Ferroviário Brasileiro: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 40%, na execução das obras CPTM São Paulo.

Consórcio Sultepa/CBM: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 55% na execução dos serviços de conserva rotineira em rodovia do DAER no 15º Distrito Operacional São Francisco de Paula/RS.

Consórcio BRT Bento: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 1% nas obras de execução de pavimentação do BRT da Av. Bento Gonçalves – trecho entre a Av. Antonio de Carvalho e a Av. Princesa Isabel na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio BRT Protásio Alves: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 1% nas obras de execução da pavimentação do BRT Protásio Alves – trecho da Av. Saturnino de Brito até a Rua Sarmento Leite, sob o regime de empreitada na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio TBS: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50% na execução da infraestrutura e pavimentação do corredor da Av. Padre Cacique/Av. Edvaldo Pereira Paiva (Beira Rio) – trecho 3 na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio Viaduto Pinheiro Borda: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 42,50% na construção do viaduto estaiado da Rua Pinheiro Borda na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio Beira Rio: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda, participa com 50% entre o complexo Beira Rio e a Av. Pinheiro Borda na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio Santa Maria: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 51% na execução de serviços referentes ao Programa CREMA 1ª. etapa na Rodovia BR/158 na cidade Santa Maria/RS.

Consórcio Nova Bento: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 1% nas obras de entroncamento da Av. Bento Gonçalves e da III Perimetral (Av. Aparício Borges) na cidade de Porto Alegre/RS.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Consórcio Travessia: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 67% na elaboração de projeto básico e executivo das obras de duplicação, restauração de pista, implantação de ruas laterais e construção de obras de arte especial

Consórcio Crema/Santa Maria; a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 31,25% nas obras de Restauração e Manutenção de Rodovias – Crema – na Região de Santa Maria/Cachoeira do Sul.

CONTROLADORA	ATIVO				PASSIVO			
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	IMOBILIZADO	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	RESULTADO ACUM	TOTAL
CONESUL	-	-	180	180	-	-	180	180
CCS	173	-	2	175	18	-	157	175
TOTAL	173	-	182	355	18	-	337	355

CONSOLIDADO	ATIVO				PASSIVO				DRE		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	IMOBILIZADO	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	RESULTADO ACUM	TOTAL	RECETA LÍQUIDA	CUSTO/ DESPESA	RESULT PERIODO
CONESUL	-	-	180	180	-	-	180	180	-	-	-
CCS	187	103	2	292	19	14	259	292	-	-	-
PSP/SPP/SPP1	-	1.321	-	1.321	-	829	492	1.321	-	-	-
SULTEPA/CONVAP	761	-	15	776	300	3.152	(2.676)	776	214	(129)	85
SULTEPA/PEDRASUL A E B	11	4.991	-	5.002	3.147	5.077	(3.222)	5.002	-	(2.574)	(2.574)
PADRE CACIQUE	2.020	174	-	2.194	77	2.249	(132)	2.194	883	(117)	766
FERROVIÁRIO BRASILEIRO	588	-	2	590	598	383	(391)	590	-	-	-
CBM	1	-	-	1	116	-	(115)	1	939	-	939
BEIRA RIO	1.260	2	1	1.263	11	877	375	1.263	762	(3)	759
NOVA BENTO	2.536	-	1	2.537	315	2.546	(324)	2.537	9	(6)	3
BRT BENTO	606	-	-	606	68	586	(48)	606	17	(9)	8
BRT PROTASIO	1.055	2	-	1.057	149	1.135	(227)	1.057	2	(5)	(3)
PINHEIRO BORDA	2.344	-	4	2.348	68	1.124	1.156	2.348	674	(14)	660
TBS	1.517	1.387	-	2.904	57	1.593	1.254	2.904	6	13	19
SANTA MARIA	-	-	-	-	-	466	(466)	-	-	-	-
TRAVESSIA	3.500	-	18	3.518	3.335	(3.395)	3.578	3.518	20.381	(13.159)	7.222
CREMA SANTA MARIA	-	20	-	20	-	-	20	20	-	(3)	(3)
TOTAL	16.386	8.000	223	24.609	8.260	16.636	(287)	24.609	23.887	(16.006)	7.881

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social autorizado é de R\$ 193.986, sendo que está subscrito e integralizado o valor de R\$ 130.000.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a composição acionária do capital subscrito e integralizado era a seguinte:

Tipo	Quantidades
Ordinárias	7.489.720
Preferenciais	5.110.280

Total	12.600.000

b) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício, nos termos do art.193 da Lei 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

(+) Lucro Líquido do Exercício	28.586
--------------------------------	--------

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

(-) Constituição da Reserva Lega (5%)	1.429
(=) Reserva de Retenção de Lucros	27.157

c) Reserva de Retenção de Lucros

Foi constituída em dezembro de 2016, em decorrência da atual situação da companhia, que encontra-se em recuperação judicial, uma reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 27.157 conforme art.196 da Lei 6.404/76.

d) Reservas de Reavaliações

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora e das controladas, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada. O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes à reserva de reavaliação está classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação está sendo realizada conforme a depreciação dos bens reavaliados contra lucros acumulados.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao valor apurado na avaliação a valor justo de determinados ativos imobilizados da Companhia e das controladas (terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e veículos), de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10.

26. DIVIDENDOS

Conforme Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais o direito ao recebimento do dividendo obrigatório 10% superior àquele atribuído às ações ordinárias. De resto as ações preferenciais usufruirão dos demais direitos sociais, com exceção do direito de voto, e terão prioridade no reembolso no caso de liquidação da Companhia.

Devido a Companhia estar em recuperação judicial, não foram distribuídos dividendos no exercício.

27. RESULTADO POR AÇÃO

De acordo com NBCTG 41(R1) - (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta abaixo as informações sobre o lucro por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas.

	31/12/2016		31/12/2015	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Resultado do exercício	16.992	11.594	16.851	11.499
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	7.490	5.110	7.490	5.110
Resultado por ação - básico e diluído	2,27	2,27	2,25	2,25

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de capital – A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras e debenturistas conforme amplamente divulgado nas notas explicativas nº 14 e 21, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos. Os objetivos da Companhia ao administrar o seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para a aplicação em suas operações. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos) e debêntures, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

b) Práticas contábeis significativas – os detalhes das principais práticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido estão descritas na nota explicativa nº 2.

c) Categorias dos instrumentos financeiros - A administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. Os saldos das rubricas empréstimos e financiamentos e debêntures são atualizados monetariamente com base nos índices contratados, que se assemelham aos valores de mercado. Podendo ocorrer diferenças temporais, se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil e valor de mercado		Valor contábil e valor de mercado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativos Financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	11	11	2.555	8.183
Clientes	1.299	1.116	9.191	7.129
	1.310	1.127	11.746	15.312
Passivos Financeiros				
Outros Passivos				
Empréstimos e debêntures	5.617	145.828	12.632	202.611
	5.617	145.828	12.632	202.611

d) Risco de crédito - a Companhia atua basicamente no mercado de obras públicas, as quais são contratadas através de licitações. Portanto, o risco de crédito fica substancialmente minimizado. Para as operações que geram risco de crédito, a Companhia e suas controladas mantém um acompanhamento criterioso de seus clientes, e no caso de ocorrer eventuais perdas, a Companhia faz o registro destas perdas eventuais através da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

e) Risco de mercado – Os negócios da Companhia e controladas compreendem, essencialmente, a execução de obras de construção pesada, nos quais predominam contratos com os governos federal, estaduais e municipais. Estes contratos são executados sob o regime de empreitada, sempre licitados e contratados conforme a Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos da administração pública.

Recentemente, foi criado o RDC - Regime Diferenciado de contratação que se constitui em uma nova modalidade de contratação de obras públicas, pela Lei 12.462 de 04 de agosto de 2011 e regulamentada pelo decreto 7.581 de 11 de outubro de 2011, com o objetivo de tornar mais célere a contratação das obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Posteriormente sua abrangência foi estendida pelo governo para todas as obras do PAC.

Uma das inovações implantadas pelo RDC é o regime de contratação integrada, que permite ao contratado desenvolver também o projeto da obra, e não somente sua execução.

Outra inovação é a gestão de risco. O DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, maior contratante de obras por esta legislação, desenvolveu um modelo matemático para precificação do risco para a contratada que se responsabilizar pela obra.

Os riscos de mercado decorrentes de obra contratada pelo regime de empreitada são aqueles decorrentes da evolução do custo dos insumos que compõem o preço, e conseqüentemente da própria formação dos preços.

Para o primeiro caso, existe a previsão legal do reajustamento de preços nos contratos assinados, calculado e aplicado com periodicidade anual, com a utilização de índices setoriais que melhor representa esta evolução. Estes índices são calculados e publicados mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas.

Para o segundo caso, a Companhia, através de seus departamentos técnicos, planejamento e de orçamento, analisa cada projeto, aplicando a sua experiência e seus índices de produtividade na formação de preços.

É de se salientar, que em caso de surgimento de distorções que afetem o disposto originalmente nos contratos, tanto na Lei nº 8.666/93, quanto o novo instituto do RDC, possuem dispositivos que permitem a restauração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, que é preceito constitucional.

f) Risco de liquidez - Representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras. A Administração, conforme descrito na nota explicativa nº 1, está analisando a capacidade de geração de caixa através de mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter a atual posição. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos derivativos, contudo possuem exposição a risco de taxa de juros em seus empréstimos e financiamentos e debêntures.

A seguir, são apresentados os vencimentos dos passivos financeiros, os quais estão apresentados nas notas explicativas nº14 e 21:

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	Controladora	Consolidado
	31.12.2016	31.12.2016
Vencidos até 31.12.2016	5.617	12.632

29. COBERTURA DE SEGUROS (Não Auditado)

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adota uma política de seguros em que considera a concentração de riscos e a relevância de seus ativos e de suas obras. As principais coberturas de seguros vigentes em 31 de dezembro referem-se a veículos e seguro garantia de obras, o que é considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Descrição	Tipo de seguro	Importância Segurada	
		31.12.2016	31.12.2015
Veículos	Terceiros	2	2
Execução de Obras	Garantia	1.500	1.500
Total		1.502	1.502

30. RECEITA LÍQUIDA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
RECITA OPERACIONAL BRUTA	12.889	8.077	68.832	44.539
Receitas de Obras p/Empreitada	1.197	101	29.331	10.241
Receitas com Vendas de materiais	11.685	7.969	15.336	18.627
Receitas com Consórcios	-	-	24.158	15.534
Receita com Locação de Equipos	7	7	7	137
IMPOSTOS	(1.395)	(865)	(4.406)	(4.630)
RECITA LÍQUIDA	11.494	7.212	64.426	39.909

31. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

DESPESAS POR FUNÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Custos com Obras por Empreiteira	(20.188)	(21.219)	(64.195)	(51.696)
Despesas Gerais e Administrativas	(14.840)	(23.813)	(44.006)	(38.455)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	641	37.246	9.650	44.590
Total	(34.387)	(7.786)	(98.551)	(45.561)

DESPESAS POR NATUREZA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Depreciação e Amortização	(4.005)	(4.611)	(5.671)	(6.699)
Despesas com Pessoal	(4.437)	(6.134)	(12.327)	(15.074)
Materiais, energia, serviços de terceiros, outros e fretes	(17.376)	(15.538)	(55.094)	(41.371)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(8.569)	18.497	(25.459)	17.583
Total	(34.387)	(7.786)	(98.551)	(45.561)

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

32. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Despesas Financeiras:				
Lei 11.941/2009 e 12.996/2014	(8.030)	(9.178)	(10.936)	(11.554)
Atualização de debêntures	-	(18.482)	-	(18.482)
Encargos financeiros s/tributos	(2.780)	(2.465)	(6.009)	(3.702)
Encargos s/financiamentos	(367)	(10.261)	(373)	(21.256)
Juros pagos/apropriados	(15.688)	(18.285)	2.829	(11.176)
Demais despesas financeiras	(176)	(238)	(1.698)	(2.461)
(-) Reversão Ajustes Anteriores	818	-	5.028	-
Total	(26.223)	(58.909)	(11.159)	(68.631)
Receitas Financeiras:				
Atualização proc.trânsito julgado	39.006	50.156	77.862	100.508
Juros recebidos/apropriados	8.816	365	9.824	4.404
Descontos obtidos	6.904	3.541	7.147	5.401
Demais receitas financeiras	357	-	1.521	4
Total	55.083	54.062	96.354	110.317
RESULTADO FINANCEIRO	28.860	(4.847)	85.195	41.686

33. COMPATIBILIZAÇÃO DAS DÍVIDAS

Diante da atual situação financeira que a Companhia vem enfrentando, a alta administração implantou em todo o Grupo Econômico, um Planejamento Estratégico com monitoramento de forma ampla em todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo feitos ajustes de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no Planejamento, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo, com destinação de maiores recursos para obras que estão gerando maiores resultados. A Companhia criou um Fluxo de Caixa projetado com reenquadramento de custos e despesas fixas, para adequação ao ponto de equilíbrio com a consequente revisão e redução de todas as despesas por departamento.

O Grupo encerrou o exercício com efetivo de 316 colaboradores, mantendo apenas benefícios de alimentação, transporte e saúde.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015
(Em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

AOS

DD. ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

PORTO ALEGRE – RS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Continuidade operacional – Recuperação Judicial - Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1 e nº 33, de que diante da situação econômica e financeira que a Companhia e suas controladas vêm enfrentando, a Administração elaborou um plano operacional que foi implantado em todo o Grupo Econômico e está monitorando de forma ampla todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Os objetivos traçados neste plano operacional, para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo ajustados de acordo com as necessidades de cada unidade. No dia 03 de julho de 2015, a Companhia comunicou fato relevante de pedido de recuperação judicial, juntamente com as demais empresas do Grupo, nos termos do art. 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05, o qual foi homologado em 09 de julho de 2015, pela Comarca de Porto Alegre/RS - Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências, sob nº 001/1.15-0114361-2 (CNJ: 0163234-77.2015.8.21.0001). Em 27 de julho de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou e ratificou o Pedido de Recuperação Judicial. Em 24 de agosto de 2015, foi publicado o Edital contendo a lista de credores para que os interessados apresentassem ao Administrador as habilitações ou contestações dos seus créditos e no dia 21 de setembro de 2015, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial. Em 03 de agosto de 2016, foi publicado o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, e em 19 de agosto de 2016, foi realizada a primeira Assembleia de Credores, tendo como ordem do dia a deliberação do Plano de Recuperação. Após examinada a lista de presença, foi constatado que não havia quórum para instalação da assembleia geral de credores em primeira convocação, ficando a segunda Assembleia Geral convocada para o dia 30 de agosto de 2016. Em 30 de Agosto de 2016, foi aberta a segunda Assembleia Geral de Credores, tendo como ordem do dia a aprovação do Plano de Recuperação apresentado, que devido a alterações, foi sugerido e aprovado a suspensão da Assembleia Geral de Credores por 60 (sessenta) dias, ficando marcada para o dia 07 de novembro de 2016. Em 07 de novembro de 2016, foi aberta a nova Assembleia de Credores, onde foram apresentadas as alterações do Plano de Recuperação Judicial. Após a votação, foi aprovado nas Classes I, III e IV, reprovado na Classe II. Em 14 de novembro de 2016, o Plano de Recuperação foi homologado pela Juíza de Direito da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia manterá, durante todo o andamento do processo, sua estrutura de relacionamento com o mercado, de forma que todas as informações e fatos pertinentes à Companhia e ao processo judicial serão divulgados, oportunamente, em atenção à respectiva legislação. Como o assunto foi tratado na auditoria - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, por amostragem, da implementação dos controles e levantamentos dos itens considerados no Plano de Recuperação Judicial. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas e adequação das divulgações.

Ênfases

Resumo dos valores conforme Edital do Plano de Recuperação “versus” Contabilidade

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, os valores considerados na Recuperação Judicial, processo 001/1.15-0114361-2, foram relacionados conforme artigo 7, parágrafo segundo, da Lei 11.101/05. Desse modo, são passíveis de alteração conforme julgamento das divergências e habilitações de créditos, a fim de atender o artigo 18 da Lei 11.101/05. Assim, as divergências mencionadas no quadro da referida nota explicativa, decorrem basicamente de operações entre partes relacionadas, na Controladora (R\$ 37.347 mil), e no consolidado (R\$ 123.320 mil), que ainda estão sujeitas a devida adequação de seus saldos. Os valores registrados contabilmente foram considerados adequados. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Circularização das instituições financeiras

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, no decorrer do quarto trimestre de 2016, a administração da Construtora enviou pedidos de informações de transações e saldos para todas as instituições financeiras que mantêm operações com a Companhia e suas controladas, para atender procedimentos obrigatórios de auditoria. Entretanto, até a emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias, não foram recebidas respostas aos pedidos enviados, relativos a saldos relacionados a Bancos – conta movimento e a Aplicações Financeiras na controladora e no consolidado, classificados no ativo circulante, bem como relacionados aos empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) na controladora e no consolidado, classificados no passivo circulante e não circulante referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Conforme consta na referida nota explicativa, devido ao não recebimento das informações solicitadas, a administração da Companhia estará providenciando notificação às instituições financeiras. Portanto, nossos trabalhos foram fundamentados exclusivamente pela aplicação de procedimentos alternativos sobre os controles auxiliares mantidos pela Companhia e suas controladas relativos a esses saldos contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos a Receber (direitos creditórios e precatórios)

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9, que descreve a situação relacionada com as ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas pela União Federal quanto aos precatórios e direitos creditórios reconhecidos no ativo não circulante da controladora em R\$ 516.874 mil e consolidado em R\$ 961.063 mil, em 31 de dezembro de 2016. A manutenção dos referidos créditos depende do julgamento final dos processos judiciais em andamento. A administração da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. suportada por parecer de seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda. Parte desses ativos foi dada como garantia de dívidas, R\$ 251.298 mil (controladora) e R\$ 254.894 mil (consolidado). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Empréstimos e financiamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14, letra “a”, para os empréstimos e financiamentos foram dados em garantia os direitos creditórios, nota explicativa nº 9, e aval dos diretores. Em 31 de dezembro de 2016, no passivo circulante da controladora e consolidado, o montante de R\$ 5.617 mil e R\$ 12.632 mil, encontram-se vencidos e estão sendo renegociados diretamente com as instituições financeiras. Devido à recuperação judicial, a Companhia optou em não atualizar estes valores em 2016. O vencimento final do pagamento dos empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado) era em outubro de 2018, em conformidade com os contratos de renegociação, cujos pagamentos não foram cumpridos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Compensações de contribuições sociais e impostos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 19 e nº 22, a Companhia e suas controladas obtiveram, através de decisão de liminar, o direito de manter seus pedidos de compensações de contribuições sociais e impostos assegurados até a ação rescisória que existe sobre os precatórios seja julgada em definitivo. Em 31 de dezembro de 2016, as compensações efetuadas totalizaram o montante de R\$ 61.603 mil (consolidado - R\$ 65.199 mil). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Debêntures

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, os valores relativos as debêntures registrados no passivo circulante da controladora e do consolidado, com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, não estão sendo atualizados desde julho de 2015 e foram reclassificados para o passivo não circulante – credores diversos – Recuperação Judicial, e o pagamento se dará conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Operações com consórcios

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 24, a Companhia e suas controladas, visando aumentar sua capacidade operacional e produtiva em determinadas obras participam de alguns empreendimentos através de consórcios. As movimentações dos consórcios, não auditados por auditoria externa, evidenciam valores irrelevantes de resultado no período, tendo em vista que os mesmos foram ou estão sendo finalizados. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 15 de junho de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 04 de abril de 2017.

UHY AUDITORES ASSOCIADOS S/S

CRC RS 4632/0-1 T PR

DIEGO ROTERMUND MOREIRA

Contador CRC RS 68603

CNAI Nº 1128

Sócio – Responsável Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

Porto Alegre, 04 de abril de 2017.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

Porto Alegre, 04 de abril de 2017.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RICARDO LINS PORTELLA NUNES

Presidente

ASTIR BRASIL SANTOS E SILVA

Vice-Presidente

POMPÍLIO VIEIRA LOGUÉRCIO

Conselheiro

JAIME BARRIOS DA COSTA

Conselheiro

ÂNGELO LÚCIO VILLARINHO DA SILVA

Conselheiro

DIRETORIA

RICARDO LINS PORTELLA NUNES

Diretor Presidente e Relações com Investidores

SÉRGIO MATTOS

Diretor Administrativo e Financeiro

Carla Evonise Cristina Wick – Contadora – CRC/RS 54.404/0-7